

Os novos caminhos para a Índia nos *Media* (2017-2019). Este artigo analisa um conjunto de matérias publicadas nos jornais portugueses e indianos em redor das viagens do primeiro-ministro português António Costa à Índia em janeiro de 2017 e em dezembro de 2019. Pretende-se escrutinar como, por um lado, são apresentados a Índia e o seu primeiro-ministro, Narendra Modi, na imprensa portuguesa e, por outro, observar o sentido e o tom dos textos publicados na imprensa indiana referentes a Portugal e a António Costa. Quais os enquadramentos mediáticos e qual a linguagem dos atores políticos e dos meios jornalísticos no decorrer destas viagens? Quais as afinidades e quais os contrastes nos textos que circulam no *medium* impresso entre o período colonial e o presente pós-colonial? Será a cobertura das imprensas portuguesa e indiana deste início do século XXI indicativa de algum ressentimento pós-colonial nas relações hoje estabelecidas entre a Índia e Portugal ou estarão os interesses comerciais e tecnológicos a obnubilar esse passado do domínio imperial português no subcontinente indiano?

PALAVRAS-CHAVE: Media, Imprensa, Portugal-Índia, António Costa, Narendra Modi.

The New Paths for India in the Media (2017-2019). This article analyses a series of articles published in Portuguese and Indian newspapers concerning the business trips of Portuguese Prime Minister António Costa to India in January 2017 and December 2019. It aims to scrutinise how, on the one hand, India and his Prime Minister, Narendra Modi, are presented in the Portuguese press and, on the other, how Portugal and António Costa are portrayed in the Indian press. What are the media frameworks and the language used by political actors and journalists during these trips? What are the affinities and the contrasts in the texts which circulate in the printed press in the colonial and in post-colonial periods? Does the coverage in the Portuguese and Indian presses at the beginning of the 21st century give us any indication of some post-colonial resentment in the current relations between India and Portugal? Or are commercial and technological interests overshadowing this past of Portuguese imperial rule in the Indian subcontinent?

KEYWORDS: Media, Press, Portugal-India, António Costa, Narendra Modi.

TÂNIA ALVES

Os novos caminhos para a Índia nos *Media* (2017-2019)

INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2017, o primeiro-ministro António Costa viaja até à Índia a convite do seu homólogo indiano, Narendra Modi, e faz-se acompanhar por uma vasta comitiva de cinco ministros, do secretário de Estado da Indústria e por cerca de 30 empresários. Na bagagem levavam duas prioridades: a ciência e a economia. Dois anos mais tarde, António Costa regressa à Índia. Este novo ciclo de viagens portuguesas à Índia entra na *agenda-setting* da imprensa portuguesa e da imprensa indiana. As viagens ocorrem num período de ascensão da Índia, no quadro da afirmação dos chamados BRICS, e de transfiguração das relações externas portuguesas, agora voltadas para a internacionalização da economia, da língua, da cultura, da ciência e da tecnologia de Portugal e para a valorização do multilateralismo. Ao mesmo tempo, contudo, Narendra Modi tem sido tema de notícia pela sua liderança política controversa, em particular pela repressão à sociedade civil e pelas perseguições e ataques contra muçulmanos, cristãos e grupos “minoritários”, que põem em xeque a reputação de longa data da Índia como grande democracia. A partir da cobertura na imprensa das “novas expedições” à Índia, e considerando a influência dos *media* na formação das opiniões e na imaginação de uma identidade nacional, bem como no curso das relações internacionais, o objetivo deste artigo é averiguar como é que a Índia aparece figurada na imprensa portuguesa. E, inversamente, que apresentação é fabricada na imprensa indiana sobre Portugal e as novas permutas bilaterais. Importa ainda abranger a autoimagem de cada um destes países projetada por via dos jornais.

Este artigo analisa o agendamento e as notícias, as crónicas e as reportagens publicadas nos jornais portugueses e indianos acerca das viagens de António Costa à Índia, atendendo às interseções dos discursos dos atores políticos no âmbito público e na *web* e dos textos produzidos nas imprensas. Esse conjunto de peças jornalísticas é aqui colocado sob o escrutínio da Hermenêutica,

dedicada à interpretação do sentido – e dos sentidos – dos textos escritos. Será dado maior destaque à imprensa portuguesa, onde são analisados os diários de grande difusão *Público* e *Diário de Notícias*, de Lisboa, o *Jornal de Notícias*, do Porto, e o semanário *Expresso*, de Lisboa; analisaremos também a imprensa indiana de expressão anglo-saxónica, entre a qual salientamos o *Times of India* e o *Hindustan Times*. Pese embora a sua relevância para este estudo, não foi exequível, por questões de natureza linguística, arquivística ou pelas limitações inerentes a qualquer investigação, incluir neste estudo os jornais hindi, marathi e concani nem a imprensa goesa. Tanto os jornais portugueses como os jornais indianos selecionados podem ser englobados na chamada imprensa de referência, de grande influência e poder no domínio da informação política. Neste estudo, interessa-nos sublinhar a importância da dinâmica de agendamento dos acontecimentos políticos, e perscrutar os enquadramentos mediáticos e a linguagem usada pelos atores políticos e nos meios jornalísticos e digitais em redor das novas viagens portuguesas à Índia. É pertinente examinar quais as afinidades e as linhas contrastantes nas narrativas que circulam no *medium* impresso e nas redes sociais da era pós-império colonial face à retórica dominante legada do tempo da expansão marítima. Estará a cobertura das imprensas portuguesa e indiana deste primeiro quartel do século XXI marcada por algum sintoma traumático pós-colonial? E como são reportadas as relações entre António Costa, enquanto líder europeu, representante de regimes de democracia liberal, e Narendra Modi, dirigente eleito desde 2014, mas que tem infligido rudes golpes à diversidade democrática na Índia? Estará o lado negro de Narendra Modi e do seu partido político votado à obscuridade em nome da política, dos negócios e da tecnologia?

OS NEGÓCIOS: A NOVA PONTE A APROXIMAR OS POVOS?

“Visita oficial. Portugal quer descobrir a Índia outra vez”. É desta forma que o diário português *Público* anuncia, numa chamada de primeira página, a viagem de António Costa à Índia, no dia 7 de janeiro de 2017. O título, destacado a letras vermelhas e alaranjadas bem no topo da página, junto com uma fotografia de António Costa, numa aparência formal, de fato e gravata, mas sorridente, reenvia os leitores para o imaginário quinhentista dos designados “descobrimientos”, quando as naus de Vasco Gama atracaram, em 1498, em terras de Calecute, inaugurando a ligação marítima direta entre a Europa e o sul do continente asiático e encetando a formação do chamado Estado Português da Índia. Seis séculos depois, “Portugal” retorna a esse território, agora designado Índia, tornado Estado-nação em 1947, depois de longas lutas que levaram ao desmoronamento do domínio imperial britânico, e que, catorze anos

depois, em dezembro de 1961, passou a integrar as possessões portuguesas de Goa, Damão e Diu. A “redescoberta” da “Índia”, para usar os termos em circulação no jornal *Público*, esteve a cargo do primeiro-ministro português. Partia António Costa, símbolo metonímico de toda a nação, imbuído de entusiasmo para implantar ramos de negócio na Índia, referida, no desenvolvimento dessa mesma notícia no interior do jornal, como uma “potência mundial”, determinada a “contrabalançar a força da China, [a] ser uma alternativa”, precisando para isso de novos parceiros (*Público*, 2017d, p. 5). Numa linha simples, enunciada pela jornalista que assina a peça, a história das relações Portugal-Índia podia ser contada em quatro números: durante 463 anos, Portugal foi colonizador na Índia; durante 27, seu inimigo; por 18 anos, ignorou-a; e há cerca de 25 anos Portugal procurava negociar com a Índia (*Público*, 2017d, p. 4).

António Costa, ao desembarcar em Nova Deli, partilhou na sua página do *Twitter* uma mensagem, citada na imprensa, onde falava do seu vínculo pessoal à terra: “É uma grande honra para mim estar de regresso à Índia, país do meu pai, como primeiro-ministro de Portugal”. Respondendo *online* a essas palavras, Modi escreveu: “Não és nem um estranho à Índia, nem a Índia te é estranha”. António Costa é filho de Orlando Costa e neto de um goês, da casta brãmãne (a classe dominante, e com grande poder socioeconómico e político na Índia, mais ainda em Goa) e católico de Margão, a segunda maior cidade de Goa. O seu avô era descendente de famílias hindu proeminentes que se converteram ao cristianismo durante os séculos de domínio português em Goa. Em entrevista ao *Hindustan Times*,¹ um dos mais prestigiados órgãos de comunicação social indianos – citada no dia seguinte na imprensa de Lisboa e do Porto –, o primeiro-ministro português garantiu que tinha “muito orgulho” nas suas origens,² confirmou a sua deslocação a Margão, onde ainda vivia uma tia e uma prima e onde tinha parte, com o irmão, de uma propriedade; e assinalou que os laços históricos com “a Índia” “devem sobretudo servir para criar as bases para uma grande parceria para o século XXI”. Esses laços tinham de ser completados com duas outras fundações: a economia e a ciência. Na imprensa portuguesa e na indiana, os artigos que reportam os seis dias da visita de António Costa à Índia não cessarão de recordar as suas raízes “indianas” e de encenar um lado emocional da viagem desta figura de descobridor dos tempos pós-coloniais, em busca dos novos mercados financeiros e tecnológicos globais.

1 “Europe has to keep close watch on xenophobic parties, says Portugal’s Indian-origin...” (*Hindustan Times*, 2017a).

2 “‘Proud of my roots in Goa’: Portugal PM Antonio Costa” (*Hindustan Times*, 2017a); “I am a proud person of Indian origin: Portugal PM Antonio Costa” (*Times of India*, 09-01-2017d).

A invocação das raízes, constantemente mencionadas na imprensa portuguesa como “indianas” (só muito pontualmente essas raízes surgem designadas nas notícias como “goesas”),³ isto depois de décadas de afastamento e de um longo período de ausência de António Costa na Índia, e a cenografia emocional de um retorno a uma certa Índia são um enquadramento falacioso que mescla e não permite distinguir a Índia enquanto Estado-nação, fundada em 1947 depois de derrubado o *Raj* britânico; nem da Índia enquanto referência europeia para referir o sub-continente indiano. A questões das “origens” tem uma complexidade que não é atendida pela imprensa. A problemática da identidade ou o questionamento do significado de ser-se indiano são ignorados, provavelmente por um gesto de distorção inconsciente dos jornalistas. A identificação de “indiano” imputada a António Costa vê-se reduzida a uma alusão eurocêntrica primordialmente geográfica, alheia à longa história da Índia de resistência e luta anti-imperial e à sua construção enquanto Estado-nação – uma imagética com um profundo impacto problemático na Ásia do Sul pós-colonial. Mas essa designação irrefletida das “origens indianas” revela-se igualmente indiferente à situação atual na Índia, de uma sociedade civil fraturada, onde muçulmanos, cristãos e grupos “minoritários” estão sob ataque sistemático do Estado e de grupos nacionalistas hindus. E onde, portanto, a construção de uma identidade indiana é uma asserção do *soft power* do Estado Indiano em estabelecer – também por vias que lançam mão de formas de *hard power* – uma comunidade imaginária, imaginária como todas são, de uma Índia pretensamente una e homogénea.

Nos discursos de Narendra Modi e nos de António Costa, a economia será sempre mencionada como a ponte que irá unir as duas nações. Ainda na véspera da chegada de António Costa, o primeiro-ministro indiano, em entrevista ao *Diário de Notícias* (2017c), enalteceu a visita como “um momento oportuno para a Índia e Portugal revitalizarem os seus laços históricos e culturais antigos e para criarem uma parceira moderna” e destacou a partilha de “prioridades económicas similares”, nomeadamente a “dinamização da capacidade de produção, do crescimento económico, das relações comerciais, do investimento e do emprego”.⁴ A excelência dos negócios e a ideia da economia como cimento agregador são catapultadas para os títulos das notícias e mimetizadas em editoriais. Em “Opinião da direcção. Paixão indiana” (*Diário de Notícias*, 2017c, p. 44), o novo caminho para “a Índia” é mencionado como “uma oportunidade

3 É de assinalar essa designação das raízes “goesas” de Costa em passagens da peça do jornal *Público* (2017d, p. 5).

4 “Narendra Modi. Entrevista. Primeiro-ministro indiano acredita que visita do homólogo português é oportunidade para negócios” (*Diário de Notícias*, 2017c, p. 1).

de ouro para Portugal reforçar os laços com uma das nações mais importantes do mundo” e como “uma grande *chance* para uma viragem qualitativa”. Sem prejuízo de o espaço euro-atlântico dever continuar a ser considerado a orientação nacional de primeiro plano, o editorialista partilha a sua opinião quanto à conveniência de uma diversificação seletiva de prioridades da diplomacia económica portuguesa, devendo merecer especial atenção a rede global constituída pela CPLB, os países mediterrânicos e os emergentes BRICS, entre os quais a Índia. Uma relação mais rica com a Índia, prossegue o cronista, e em todos os campos, da política e da economia à cultura, ao conhecimento e à tecnologia, possibilitaria cumprir um dos objetivos centrais da política externa portuguesa: o diálogo equilibrado com os principais atores estatais e regionais fora do espaço europeu e euro-atlântico a que pertence, de África à China, da América Latina ao Sudeste Asiático, do Japão à Índia – consagrando assim a passagem da figura geométrica do quadrilátero para a de um hexágono na representação das primordiais tendências da política externa portuguesa, assente, portanto, em seis traves-mestras: a Europa, o arco transatlântico, a lusofonia, as comunidades de língua portuguesa e residentes no estrangeiro, a internacionalização e o multilateralismo.⁵

O primeiro dia da visita de António Costa ficou marcado pela aprovação de seis protocolos nos setores da defesa, da agricultura, da pesquisa marítima, das energias renováveis, da eletrónica e das tecnologias de informação, e pela criação de uma cadeira de estudos indianos na Universidade de Lisboa. Na conferência “A Índia e o Mundo lusófono – Uma parceria para o século XXI”, decorrida em Nova Deli, o primeiro-ministro português sublinhou que “a Índia é hoje a economia mais dinâmica [...] e será seguramente uma das grandes potências do século XXI”. É por isso, rematou ele, que tinha de encarnar “um novo papel no mundo global”. Perante uma plateia de empresários e

5 A transfiguração das relações externas portuguesas foi assinalada pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros português, Augusto Santos Silva, no Seminário Diplomático no Museu do Oriente (03/04-01-2019) [disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/multimedia?m=v&i=intervencao-do-ministro-dos-negocios-estrangeiros-na-abertura-do-seminario-diplomatico>]. Parafraseando esse discurso, a uma circunstância geográfica e histórica, mas que não se reduz a um determinismo geográfico-histórico, de inserção de Portugal na Europa e no Atlântico Norte e às afinidades de média e longa duração com a África subsariana, com a realidade latino-americana e a importância crescente do Norte de África, vem juntar-se um conjunto de grandes regiões que tem hoje em Portugal um parceiro privilegiado das suas ligações externas: o sudeste asiático. Destacam-se sobretudo os dois grandes Estados emergentes, a China e a Índia, e também o Japão e a República da Coreia (acrescente-se a Tailândia, a Malásia, a Indonésia, onde a influência de Portugal e dos lusodescendentes é bem visível). Sobre esta temática ver Silva (2020).

universitários, apresentou Portugal como “um país com vocação universalista” e inserido numa Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa forte no plano político a nível mundial e de grande influência internacional. Após a cerimónia de assinatura dos protocolos de cooperação económica entre os dois países, António Costa deixou claro, num contexto em que se discutia já a saída do Reino Unido da UE (*Brexit*), que Portugal estava interessado em captar parte dos cidadãos da Índia residentes na Grã-Bretanha (a expressão de facto usada no jornal, reproduzindo em discurso livre as palavras de António Costa, é a de “comunidade indiana”, no singular – mais uma falácia, que esquece não existir tal coisa como “uma” “comunidade” pré-estabelecida, mas sim várias comunidades, plurais, que continuam ativamente a ser construídas como indianas, e cuja redução a uma unidade, fictícia e coerciva, é fruto de uma constrição autoritária, exercida tanto pelo imaginário europeu quanto pelo poder do Estado indiano, que asfixia e suprime a diversidade). Lembrou que Portugal é a “outra porta para uma presença na União Europeia” (*Jornal de Notícias*, 2017d, p.12).⁶ E defendeu a inclusão da Índia no conjunto de membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, uma das bandeiras da política externa do governo de Narendra Modi (*Diário de Notícias*, 2017b, p. 14).⁷

Enquanto as imprensas acompanham de perto a viagem do primeiro-ministro português pela Índia, a esfera da economia e do comércio mantém-se omnipresente no discurso dos ministros citados e no das imprensas. Em Bangalore, por ocasião da abertura da convenção mundial da diáspora indiana, a 14.^a Pravasi Bharatiya Divas, António Costa, presente como convidado principal e homenageado com o Prémio Pravasi Bharatiya Samman, a mais alta condecoração civil conferida, por definição, a cidadãos indianos residentes no exterior, frisou novamente o propósito da sua viagem de estender os laços bilaterais e de estimular o comércio, o investimento e também o turismo entre as duas nações – declarações igualmente reproduzidas na imprensa indiana.⁸ E voltou a apresentar Portugal como um bom país para investir, para trabalhar, para estudar, até mesmo para viver; um país aberto, arquétipo na tolerância religiosa, com excelentes infraestruturas e um modelo de economia

6 “Portugal abre ‘a outra porta’ da Europa à Índia” (*Jornal de Notícias*, 2017d, p. 12).

7 “Costa quer Índia, Brasil e país africano no Conselho de Segurança da ONU”, (*Diário de Notícias*, 2017b, p. 14).

8 “Portuguese PM lays emphasis on renewed cooperation with India” (*Asian News International*, 2017b); “Let Portugal be a stepping stone for India to Europe, says PM Costa” (*The Hindu Business Line*, 2017a); “Portugal PM wants closer economic ties with India” (*The Hindu Business Line*, 2017b).

competitivo e recetivo ao investimento direto estrangeiro.⁹ Deu-se a si próprio como exemplo, ao referir que Portugal é o primeiro Estado-membro da UE a ter um cidadão “de origem indiana” – assim se escreve nos jornais – a chefiar o governo. A promoção de Portugal como um país hospitaleiro, dinâmico e tolerante será uma constante nos discursos citados de António Costa. A tentativa de exibir Portugal como um destino económico atraente para CEO indianos de grandes empresas, jovens ou migrantes, passa pela oratória da inovação, em particular da inovação tecnológica. Cativar empresas que estavam na Índia e em Silicon Valley e fixá-las em Lisboa e no Porto, e fazer com que Portugal começasse a ser visto como um ponto aliciante de aceleração e de entrada na Europa é um objetivo recorrente nas intervenções transcritas dos ministros, e ratificada nos artigos dados à estampa na imprensa portuguesa. António Costa participou ainda num encontro de *start ups*, no qual manifestou a intenção de dar continuidade à pujante presença de jovens indianos na anterior edição da *Web Summit* em Lisboa e anunciou um novo programa de facilitação de vistos, que dava a empreendedores indianos e a jovens quadros graduados na área das TIC a possibilidade de residirem e iniciarem negócio em Portugal.

Mais do que transmitir essa orientação política oficial, a imprensa revela-se uma apoiante dessa mesma ideia, chegando a adotá-la como o seu próprio discurso, sem qualquer distanciamento crítico. Em notícias como “Costa vai tentar dinamizar as relações comerciais” (*Diário de Notícias*, 2017c, p. 6), “Empresas e diáspora indiana na comitiva” (*Diário de Notícias*, 2017c, p. 6), “O país onde é um desafio negociar ainda compra pouco a Portugal” (*Público*, 2017d, p. 3), “A vontade comum de investir mais” (*Diário de Notícias*, 10.01.2017, p. 10), “Portugal e a Índia terão uma relação brilhante” (*Diário de Notícias*, 2017e, p. 11), assume-se à partida a primazia dos negócios e sublinham-se as vantagens mútuas no estabelecimento de parcerias luso-indianas. Os enquadramentos e a linguagem impressos nos títulos e no corpo do texto incorporam os pressupostos de que a organização da vida económica deve assentar fundamentalmente no mecanismo de mercado e da inovação e de que a vida social deve pautar-se pela mentalidade meritocrática.¹⁰ Em todas estas matérias, que não se distanciam do entendimento político oficial, a Índia é enunciada como oferecendo soluções lucrativas para as empresas portuguesas; e as complementaridades portuguesas e indianas como potenciando excelentes

9 “De braços abertos” (*Público*, 2017a, p. 13); “Costa vende Portugal como modelo de tolerância” (*Diário de Notícias*, 2017d, p. 9); “Índia – Costa salienta tolerância do país” (*Jornal de Notícias*, 2017c, p. 10).

10 Sobre a meritocracia enquanto ideologia e princípio (profundamente imbricada com a tecnocracia liberal) ver Sandel (2020).

oportunidades para consórcios mutuamente benéficos em vários setores. Nelas pode descortinar-se uma defesa da competição económica global, do *laissez-faire*, de um governo limitado. Esta constelação de ideias manifesta-se também em artigos de opinião, como o já referido editorial “Opinião da direcção. Paixão indiana” (*Diário de Notícias*, 2017c, p. 44) ou os textos “Descobrir um novo caminho para a Índia” (*Dinheiro Vivo*, suplemento do *Diário de Notícias*, 2017j, p. 19) e “Visitas internacionais” (*Jornal de Notícias*, 2017f, p. 31), entre uma série de outros que, a propósito da situação económica e empresarial da Índia, preconizam a eliminação da regulação na economia e se furtam das críticas à má conduta corporativa. Seja por engajamento ativo com essa conceção ideológica, por distorção inconsciente, socialmente engendrada por fontes de notícias e agentes de relações públicas, ou funcionando através de uma espécie de osmose em que se internaliza um conjunto de suposições de senso comum, percebe-se na abordagem dos jornais ao mundo dos negócios entre Portugal e Índia que o conceito tecnocrático mercantil é hoje parte do *habitus* jornalístico. E que os *media* permitem e legitimam a reprodução social da retórica associada a essa ideologia económica e racionalidade política, e a “viragem psicológica”, que a faz operar como uma sensibilidade quotidiana, banal e mundana.¹¹

O lado crítico, dir-se-ia até, sem risco de exagero, jocoso dos jornais portugueses na cobertura desta viagem à Índia fica reservado para a questão política e simbólica da ausência de António Costa das cerimónias fúnebres de Mário Soares em Lisboa. A decisão de António Costa de não protelar os seus planos de viagem apesar da degradação do estado de saúde de Mário Soares inspirou desde logo um discurso reprovador, de teor mesmo satírico, entre as redações dos principais títulos portugueses. Dias depois, o jornal *Público*, num número totalmente dedicado à morte de Mário Soares, com fotografias fúnebres e rostos tristes, exhibe no interior da sua edição uma foto de António Costa a cumprimentar alegremente Narendra Modi, e vestido com o traje de honra tradicional do Estado de Karnataka – turbante, colar de flores, capa e bengala – num evento de *start ups*. A fotografia do primeiro-ministro português na Índia, em nítido contraste com a menção ao clima de luto nacional e com as imagens lúgubres que dominam essa edição do jornal, e ainda mais inflorada pelo título da notícia – “Enquanto isso, na Índia, Costa recebe prémio da diáspora” (*Público*, 2017b, p. 12) –, aponta para um sentido revestido de sarcasmo a propósito da decisão do líder do governo português de não anular os seus planos de viagem para estar presente na última despedida a Mário

11 A este respeito, ver Leyva (2020); Meyers (2019); Phelan (2014); Preston e Silke (2011); Braedley e Luxton (2010); Hesmondhalgh (2008).

Soares – figura central no reatar das relações diplomáticas entre Portugal e a Índia, após a revolução de abril de 1974. A mesma ironia se descobre no *Jornal de Notícias*. A fotografia de António Costa, com um sorriso rasgado e usando vestes indianas, é destacada numa peça que alude à sua ausência no funeral de Mário Soares e que recorda em título “António Costa também não foi ao funeral de Almeida Santos” (*Jornal de Notícias*, 2017b, p. 6). Mas a motivação primordial da viagem de expandir a rede de negócios e de abrir novas possibilidades empresariais e comerciais não é questionada; tão-pouco se dá espaço, nas páginas dos jornais, a vozes dissonantes ou proponentes de enquadramentos alternativos, que rompem com o foco nos mercados, no dinamismo da economia indiana, na partilha do testemunho favorável de empresas indianas que já estão no terreno, e que são cartão de visita ao investimento indiano em Portugal, na aparência das benesses de se “vender” melhor o potencial de Portugal, no momento *start up* e na ideia de uma comunidade tecnológica entre Portugal e Índia.

A presença portuguesa na Índia era ainda, escreve-se nos jornais, incipiente, liderada por empresas como a Brisa ou a Efacec. Portugal continuava a debater-se com qual seria a melhor forma de entrar num país ainda fechado, sem um mercado único, uma federação de 28 Estados com regras diferentes, classificado como um dos lugares do mundo mais difíceis para se fazer negócios.¹² Não obstante as dificuldades, a referência à atmosfera de otimismo vivida no mundo das *start ups* e no ecossistema do empreendedorismo em Portugal e na Índia continua a perpassar os discursos das entidades políticas, das elites dominantes, dos líderes empresariais, dos *think tanks* e a ter nos jornais uma poderosa alavanca de difusão. Com as novas dinâmicas na relação Portugal-Índia e as muitas empresas indianas a estabelecer-se em Portugal e a abrir rotas para os mercados europeus, um número cada vez maior de profissionais qualificados indianos começou a mover-se para Portugal. E, com Portugal a enfrentar, como outros países europeus, um problema de envelhecimento da população, a tendência seria para procurar suprir as suas necessidades de qualificação em países como a Índia – com mais de 1300 milhões de habitantes, dois terços dos quais têm menos de 35 anos. Portugal, uma economia estruturalmente incapaz de competir com os novos poderes emergentes, poderia ultrapassar os anos de recessão ao conseguir investimento indiano; e o lado inverso dessa equação é retratado como igualmente atraente, com a ambição da Índia de construir fortes laços com a UE para manter o seu crescimento económico vital – tendo em Portugal, sob o governo de Costa, um mediador que tornava possível essa meta. Para a Índia, a necessidade de contrabalançar

12 “Um país ‘difícil’ onde há empresas portuguesas a crescer” (*Público*, 2017d, pp. 2-3).

a China impunha definir estratégias para os pequenos Estados como Portugal de forma a explorar as suas vantagens em África, na América Latina, na UE, e no chamado mundo da lusofonia.

Tendo em vista esse fim, as notícias e crónicas fazem passar a mensagem da premência de se abraçar a competitividade, o empreendedorismo, o crescimento económico, e popularizam a ideia e a crença numa força de trabalho profissionalmente qualificada e orientada para os imperativos extrínsecos do capitalismo neoliberal global. Era preciso, escreve-se vezes sem conta, criar condições para novos negócios internacionais que oferecessem outros desafios, mais postos de trabalho e fizessem Portugal crescer economicamente. À medida que António Costa viaja pela Índia, esse discurso é repisado nos jornais, dia após dia, até praticamente se confundir na evidência. E as imprensas portuguesa e indiana mobilizam-se em torno desse grande objetivo, prestando-se a definir o valor económico mercantil como valor autónomo e primacial na mente pública.

Ao mesmo tempo, o passado da expansão ultramarina portuguesa vai sendo rememorado nos discursos políticos e permeia os textos publicados nos jornais. Do lado português, ele insinua-se na analogia a um “redescobrimento” da “Índia” – como se existisse um equilíbrio, uma plena continuidade entre as comunidades sociais e políticas daqueles territórios nos séculos XVI e XVII e o atual Estado-nação da Índia. Nesse “redescobrimento”, o apetite pelo acesso às rotas de especiarias é substituído pela avidez dos novos mercados. As alusões ao passado estão também muito vincadas em fotografias, como a do *Público* (2017d, p. 5) que, lembrando a visita à Índia de Mário Soares em 1992, mostra-o numa sala acompanhado de militares e de mulheres indianas, mas canaliza na verdade a nossa atenção para o quadro imponente de Vasco da Gama, pendurado na parede dessa divisão. Do lado indiano, esse passado agita-se no sentido de um certo apaziguamento da história, como se vingado da colonização, formal ou informal, dos seus enclaves por uma ironia do destino: quem viaja agora à Índia é um descendente do cruzamento entre Portugal e Índia, um filho de Goa. Mesmo antes de chegar à Índia, a viagem de António Costa estava já na agenda da imprensa indiana, recortada pelo *framing* da sua filiação goesa, por via do pai, o escritor – acrescente-se, antigo militante comunista – Orlando da Costa (1929-2006). As notícias antecipavam com expectativa a vinda do primeiro-ministro português e a sua passagem por Goa, referida insistentemente como a sua “terra-natal”. Também na imprensa portuguesa, a ida a Goa era antevista como momento de comoção e saudade. “20 anos para Costa voltar à Goa do pai”, salientou em título o *Jornal de Notícias* (2017a, p. 12). O *Diário de Notícias* (2017h, p. 13) fez notar: “Um primeiro-ministro português orgulhoso das suas origens indianas”. “A hora dos afetos de Costa”,

assim se escreveu no semanário *Expresso* (2017a, p. 18), com uma foto ao centro da página de um cartaz enorme numa rua indiana onde se destacam os rostos de António Costa e de Narendra Modi, e, em maiúsculas, o letreiro de boas-vindas: “Bengaluru welcomes you to Pravasi Bharatiya Divas”.

A ATRAÇÃO DE UMA ÍNDIA COM O ESTATUTO BRICS

A Índia que António Costa vai “descobrir” “outra vez” em 2017 está em parte descrita na já mencionada entrevista que o primeiro-ministro indiano deu ao *Diário de Notícias* (2017g, pp. 4-5). Potentado económico e gigante demográfico, detentor de mão de obra abundante bastante qualificada e de capacidades produtivas de baixo custo, com grande poder de penetração nos mercados mundiais, e uma posição de charneira na Ásia e sobre as rotas marítimas do Índico, a Índia, hoje potência nuclear, é salientada nessa entrevista como encontrando-se num ponto de inflexão transformador.¹³ Uma economia em rápido crescimento, a Índia afirmava-se agora aberta aos impulsos da economia global e a parcerias comerciais com empresas portuguesas nas quais Narendra Modi disse reconhecer experiência, conhecimento e competências de nicho em setores-chave prioritários para a Índia, como as infraestruturas (especialmente estradas, portos e vias navegáveis interiores), a defesa, a energia (eólica, solar e hidroelétrica), as TIC e as *start ups*, a gestão de águas e de resíduos, a agricultura, a cooperação marítima, o cinema e o turismo (*Diário de Notícias*, 2017g, p. 4). Já as empresas indianas passaram a ser internacionalmente reputadas nas áreas das comunicações e do *software* – que revolucionou o comércio externo e a autoconfiança da Índia, mas se mostra incapaz de oferecer emprego seguro para a maioria –, da tecnologia industrial, da inovação farmacêutica, da biotecnologia e do automóvel, devendo ainda realçar-se a sua indústria fílmica. Segundo os dados revelados por Modi, a economia indiana cresceu 7,1% e 7,3% no primeiro e segundo trimestres do ano fiscal 2016-2017

13 Nas três primeiras décadas após a independência, a Índia fechou-se ao investimento internacional, receosa dos efeitos ruinosos da exposição externa, como a desindustrialização, a desestabilização e o empobrecimento geral, e determinada a construir o seu curso de crescimento na base da autoconfiança e da substituição das importações. Um grande objetivo das reformas económicas históricas de 1991, que reduziram as barreiras ao comércio internacional e ao investimento externo, foi reintegrar a Índia na economia global. A partir de 2002, a despeito da alta proteção ainda existente no comércio internacional indiano, houve um progressivo movimento de abertura comercial, reduzindo-se a barreiras tarifárias e não-tarifárias das importações e aumentando os programas de promoção às exportações. Desde então, a globalização da Índia prosseguiu em ritmo acelerado, sob o impulso de uma política de comércio que segue numa senda liberalizante (Joshi, 2017).

(*Diário de Notícias*, 2017g, p. 5). Vale a pena acrescentar que ela deixou de ser o principal destinatário da ajuda externa para se tornar um credor líquido do Fundo Monetário Internacional (Lee, 2015; Chanana, 2009). A meta seria tornar a Índia um centro de produção global através do programa *Make in India*, com outros programas como os *Skill India*, *Digital India*, *Startup India* e *Smart Cities* a visar estimular os objetivos de criação de riqueza económica e de aumento da produtividade e dos lucros, por via da ciência e da tecnologia.

Político rude mas carismático, aficionado da espetacularização da política e das redes sociais, Narendra Modi foi eleito líder de um governo de maioria em 2014, um feito na política indiana que não se registava há trinta anos, com uma governação peculiar de “nacionalismo neoliberal pós-colonial” – que co-constrói ideias de economia e nação (Kaul, 2019). A fabricação cuidadosa de mensagens no *Twitter* ajudou Modi a construir uma marca *online* poderosa, uma fachada de empatia tecnocrática pelo pobre, de alguém que veio de baixo, e com os de baixo se identifica, em oposição à índole dinástica e elitista da política congressista, e fê-lo emergir como um líder global forte, experiente em tecnologia, arauto dos valores tradicionais hindus e de uma firme promessa de desenvolvimento económico (Pal, 2019; Pal et al., 2016; Tripathy, 2021). Modi logo pôs em prática um projeto ambicioso de reformas económicas que prometiam modernizar o país (com as quais reivindicou conseguir um crescimento superior ao da China), e uma campanha diplomática ativa e dinâmica, por meio de viagens ao estrangeiro e acolhendo dignitários vindos de fora (Narayan, 2014; Visvanathan, 2014; Blecua, 2014), no intuito de aumentar a sua influência e o seu prestígio cultural internacional, e, a mais longo alcance, fazer da Índia um ator de peso da emergente ordem mundial multipolar. Com efeito, a transição de poder no século XXI acontece com o declínio relativo dos EUA e a ascensão do grupo vulgarmente conhecido como BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul) como centro de gravidade do mundo económico e foco influente de poder na política global, ditando o termo do sistema internacional que vigorou desde o fim da Guerra Fria. O fim da unipolaridade, assegurada pela anterior ordem hegemónica norte-americana, e a afirmação dos novos poderes asiáticos reconfiguram a balança do poder internacional, agora dominada pela competição entre as três principais potências – os EUA, a China e a Rússia.

A viagem de António Costa à Índia e a celebração de parcerias de negócios luso-indianas noticiadas nas imprensas devem ser inscritas nesse contexto mais lato do novo papel internacional da Índia, que, no chamado mundo pós-Atlântico, se percebe a si mesma, e é percebida pelos outros, como um elemento na balança de poder, e não apenas um mediador diplomático da geopolítica das grandes potências. Num novo cenário em que o primado da lei

e do respeito pelas normas institucionais deixam de prevalecer sobre a lógica da anarquia (Gaspar, 2019), a Índia projeta-se como uma “potência global alternativa”, que usa, entre outros meios, a sua cultura, a sua atratividade económica, as suas indústrias de entretenimento, os seus avanços tecnológicos e as suas diásporas difundidas e influentes como instrumento de política de poder. Dentro da ampla ordem normativa do discurso do não-alinhamento, a Índia de Modi aspira a um papel de liderança na reforma da ordem internacional (Declaração Sanya, 2011; Declaração de Deli, 2012), no reforço da “governança económica global” (Petrone, 2021; Chaturvedi, 2018; Mahapatra, 2018; Alam, 2017; Sullivan, 2015; Jain, 2014) e no equilíbrio de poder no Indo-Pacífico – que alarga o quadro das alianças regionais para incluir a Índia, os EUA, o Japão, a Austrália; a sua posição é decisiva para contrabalançar a ascensão da China (Sen, 2017; Surie, 2017; Bajpae, 2015; Anand, 2012; Jain e Shufen, 2011; Frankel, 2011; Wang, 2011) e obstaculizar o sonho da supremacia na Ásia de Xi Jinping, materializado nas Novas Rotas da Seda, e também para fazer face ao revisionismo imperialista e à linha nacionalista e de messianismo russo, expressa na ideologia da Eurásia, que se traduz numa faceta bélica e militarista, com consequências para a estabilidade e a segurança europeias – e global.

No papel, podia parecer que António Costa, à frente de um Partido Socialista, tem pouco em comum com Narendra Modi, líder com rasgos de autoritarismo nacionalista, que, não obstante uma política externa de feição *soft power* (Venkatachalam, 2021; Courmont et al., 2021; Hazarika e Mishra, 2016; Chauhan, 2014), tem estado na agenda dos *media* pela situação social da Índia (a violência sexual que vitima dezenas de milhares de mulheres por ano, a desigualdade de género, a crise alimentar e de saúde pública, as elevadas taxas de analfabetismo e a baixíssima literacia, a pobreza generalizada, as disparidades urbanas e rurais) e pela perseguição e discriminação do setor islâmico – mas não só, lembrando que os cristãos na Índia também têm sido alvo de ataques.¹⁴ Porém, o calor pessoal entre os dois primeiros-ministros parecia afastar as divergências e fazer sobressair a força dos interesses aliados no novo realinhamento global. Com a visita de António Costa à Índia, os jornais portugueses enchem-se de fotografias do primeiro-ministro português lado a lado com Narendra Modi, sugerindo uma grande cumplicidade entre ambos – António Costa exibindo sempre um ar risonho e afável, rodeado de populares e crianças indianos e constantemente retratado, nas imagens e nas palavras, com um sentido que lhe confere a aparência de um pequeno grande conquistador, Narendra Modi com um semblante bastante mais austero, cerrado, no seu traje branco indiano.

14 A este respeito, ver Haynes (2020; 2016); Saiya (2020); Sahoo (2018); Bauman (2015).

O clima de opinião em ambas as imprensas é favorável a esse expandir das redes de negócios e ao estreitar dos laços culturais, tendo em conta a boa imagem da Índia nas publicações portuguesas e a boa imagem de Portugal nos jornais indianos, prevalecente desde o tratado de amizade de 1975 pelo qual Portugal e Índia reataram os vínculos diplomáticos, cortados em 1954. Desde então, as relações Portugal-Índia passaram a estar na agenda das respetivas imprensas sob um enquadramento que fomenta a ideia de que não subsistiam ressentimentos do período colonial e de que a ligação entre os dois Estados evoluía de forma salutar. A cesura com o passado do nacionalismo autoritário imperial do Estado Novo, bem vincada na imprensa portuguesa no período pós-descolonização, ecoou na imprensa indiana, não tardando a antever-se em ambas os contornos de uma ideologia renovada, a da chamada lusofonia, do que seria uma grande comunidade unida pela língua portuguesa e por enlaces de amizade e de cooperação. Depois, a vinda a Lisboa do presidente indiano R. Venkataraman (1990) e as viagens de governantes portugueses à Índia – Mário Soares, em 1992, Cavaco Silva e José Sócrates, em 2007, Luís Amado, em 2008, Paulo Portas e Rui Machete, em 2013, e António Costa, em 2017 –, os acordos culturais e as discussões para parcerias económicas foram sendo reportados de um modo que indicava que Portugal e Índia procuravam refazer, em moldes de cooperação entre iguais, um nexo que tinha antes sido marcado pela opressão e pela exploração, acordando tratar o passado como um capítulo encerrado. No século XXI, os portugueses – este é o sentido geral que circula nos jornais indianos – empreendem uma nova rota para o Sul da Ásia, não para o domínio imperial, mas para aplicar informação e as suas competências financeiras em investimentos e negócios e para conservar o património histórico e cultural deixado em Goa.

Pesem embora os sinais de sobressalto nas relações Portugal-Índia – principalmente a sempre latente questão de Goa, com as celebrações dos aniversários da queda do Estado Português da Índia a provocar desconforto e alguns protestos em Goa e a fazer correr muita tinta nos jornais indianos –, o sentido dos textos das imprensas mantém-se largamente inalterado: Portugal e Índia estavam cada vez mais próximos e as más memórias desvaneciam-se.

O PRIMEIRO-MINISTRO DE PORTUGAL ESTÁ DE REGRESSO “A CASA”

Finalmente, a chegada de António Costa a Goa, onde ia passar os dois últimos dias da sua viagem, dá corpo a um acontecimento construído nos jornais indianos sobre uma linguagem que exorbita um sentido de orgulho pelo retorno a casa do bom filho, o filho prodígio. A designação da visita como um

“regresso a casa”, um voltar à terra ancestral, é então catapultada para os cabeçalhos: “Portugal PM arrives in Goa, to visit his ancestral place”, lê-se no *Asian News International* (2017a); “Homecoming for Portugal PM Antonio Costa”, augura, em jeito igualmente saudoso, o *Times of India* (2017c); “‘Babush’ returns to Goa as Portugal PM”, enaltece, num misto de nostalgia e vaidade, o *The Hindu* (2017). A expressão recupera a memória de António Costa, partilhada pelo próprio aos repórteres, de ser chamado, em criança, de *Babush*, diminutivo popular em concani. Estar de volta a Goa, confidenciou aos jornalistas, trouxera-lhe muitas recordações de infância. Em entrevista ao *Times of India*,¹⁵ no dia do lançamento da tradução inglesa do livro *Sem Flores Nem Coroas* (*No Flowers, No Wreaths*), considerada a obra principal do seu pai, cuja trama decorre no tempo em que as tropas da União Indiana se preparam para “invadir” a chamada “Índia Portuguesa”, em 1961, António Costa destacou a cultura e a história comum como uma possível base de colaboração para os dois países. E falou, uma vez mais, do significado pessoal da viagem: “Isto não foi qualquer outra viagem oficial. O meu pai esteve aqui e apresentou-me esta cultura através da comida, da história, das estórias que me contava e das fotografias de família”. Os 450 anos do governo português em Goa são mencionados como um forte ponto de confluência das duas culturas, que urgia explorar: “Temos de tirar proveito da herança comum para tudo o que isso nos possa trazer no futuro. Esta é uma oportunidade única porque nos conhecemos há anos, para não dizer séculos”. “Goa foi sempre uma parte do meu universo desde que nasci”, voltou a frisar, numa expressão que fez título nos maiores diários indianos.

Também no modo português de reportar a passagem de António Costa por Goa é frequente a alusão a um “regresso a casa” e a lembrança das origens goesas e do pai. Veja-se o título curto e enfático do *Diário de Notícias* (2017e, p. 10): “Costa chega a Goa, terra de antepassados”, uma breve documentada com uma ampla fotografia do primeiro-ministro português com autoridades do Estado goês, ladeados por bandeiras portuguesas que esvoaçam de ambos os lados de uma passadeira vermelha. Na capa da edição do dia seguinte do *Diário de Notícias*, sobre uma grande fotografia de António Costa, radiante ao saudar várias pessoas indianas que o aguardam, sobressai o título “António Costa na Índia. O *babush* de Goa regressou à terra do pai para abrir portas”. “Cartazes nas ruas de Goa celebram regresso ‘a casa’ de António Costa”, indica o *Jornal de Notícias* (2017e, p. 10), junto com uma pequena foto em que o protagonista da notícia exhibe livros da autoria do seu pai. O *Expresso* (2017b, p.

15 “Goa has been part of my universe since I was born, says Portugal PM” (*Times of India*, 2017b).

10) recupera a imagem revivalista dos apelidados descobrimentos numa manchete que anuncia: “O novo caminho para a Índia”. Em antetítulo pode ler-se: “Afetos. Costa foi o primeiro chefe de Governo português na Índia e foi recebido como o filho que regressa a casa”. Ao lado na página, uma peça reforça a noção das boas relações de Portugal com a Índia e com Goa, elevada ao paroxismo por um caricato efeito de contraversão: Manohar Parrikar (1955-2019), filho de um *freedom fighter*, movimento que lutou contra a soberania portuguesa nos enclaves da Índia, ele que tivera familiares deportados para Angola, e que mais tarde chegou a *minister-chief* do Estado de Goa e depois a ministro de Defesa em Deli no governo de Narendra Modi, tornara-se então, conta-se na notícia, “um grande amigo de Portugal” e mostrava-se mesmo interessado em armamento português. Em todas estas matérias publicadas, verifica-se a já comentada colagem à ideia de um certo “regresso à Índia”, como se Portugal estivesse a regressar a um território que se teria mantido inalterado nesse longo intervalo cronológico a que se reportam, brusca e indistintamente, as notícias. Um território que, no entanto, quando se encontrava sob o domínio imperial de Portugal, recebeu a designação de “Estado Português da Índia”, e não “Índia”. A designação “Índia” é em si mesmo portadora de uma história da sua construção enquanto Estado-Nação e concretiza-se numa realidade histórica, social, cultural e económica que em nada se confunde com a realidade histórica e geográfica de que Portugal se reivindica, com gáudio, de descobridor e a que diz retornar no século XXI.

Sem paradoxo, quer para Portugal, quer para a Índia, alguma conveniência se descobre no estabelecimento desta identificação. Para Portugal, trata-se de reinventar um elo de ligação em prol de interesses comerciais, tecnológicos e políticos com a Índia, ao mesmo tempo que reabilitando o que se julga ser um motivo de glória e honra advinda do tempo da expansão marítima; para a Índia, validar essa ideia das “origens indianas” de António Costa é também uma forma de viabilizar as relações com Portugal, e, a mais largo escopo, com a União Europeia (convém destacar que Portugal organizou a primeira cimeira bilateral entre a União Europeia e a Índia, em 2021) e com o mundo da chamada lusofonia, não sem uma certa carga de ironia pelas novas relações de poder em contexto pós-imperialista. Ela serve ainda o propósito de reforçar a imposição de uma certa identidade indiana, imaginada consoante o arbítrio e bel-prazer do poder vigente na Índia.

Enquanto os jornais convidam os leitores a presenciar o almoço em família, no coração de Margão, e a acompanhar a jornada pela Sé Catedral, na Velha Goa, pelo templo Manguesh em Mangueshi, pela Basílica do Bom Jesus, protegida como património mundial da Unesco, e pela Fundação Oriente, em Pangim, os antepassados de António Costa, a sua infância e juventude vão

surgindo como causa de empatia entre Portugal e Índia. A origem goesa do primeiro-ministro português ia abrir as portas do mercado da Índia e dar confiança ao governo indiano para tornar Portugal uma sua plataforma na Europa – declarações do próprio António Costa à imprensa, no último dia da sua viagem. Pela voz destacada de figuras de autoridade, como a de Edgar Valles, presidente da Casa de Goa e autor de um artigo de opinião no *Diário de Notícias* (“Goa, escala obrigatória”, 2017a, p. 10), a imprensa portuguesa leva aos leitores a visão de goeses sintonizados com Portugal e com uma mensagem de conciliação: as novas relações Portugal-Índia não podiam ser indiferentes à herança portuguesa deixada em Goa nem ao sucesso da diáspora goesa em Portugal. E esta última devia ser motivo de orgulho, tanto para portugueses como para indianos. A partida dos goeses para Portugal e o regresso de um português de origens goesas à Índia podiam muito bem ser promotores das boas relações entre Portugal e Índia, e, retroativamente, no âmago dessas boas relações estaria contida, de forma inexorável, a imbricação histórica de Portugal a Goa. Impunha-se reconhecer, escreveu Edgar Valles, que “o Portugal democrático de hoje nada tem que ver com o regime de Salazar” e que a presença de um primeiro-ministro de origem goesa constituía a demonstração plena de que Portugal não tinha quaisquer intuítos neocolonialistas, nada havendo a temer com a divulgação e a expansão da língua e da cultura portuguesas em Goa.

Esta ênfase nos antecedentes goeses de António Costa não era inédita nos jornais indianos. Já em 2013, dois anos antes das eleições legislativas em Portugal, o prestígio crescente de António Costa enquanto presidente da Câmara de Lisboa tinha aí sido anunciado como a glória de um português de origens goesas. Nos meses que se seguiram, as notícias não cessaram de antecipar o mundo de oportunidades para os negócios de Goa e da Índia tendo Portugal na frente um descendente goês e de prever entusiasticamente uma vitória de António Costa,¹⁶ conhecido – lembra uma e outra vez essa imprensa – como o “Gandhi de Lisboa”.¹⁷ A sua indigitação como primeiro-ministro de

16 “Indian-origin mayor may be Portugal’s next PM” (*Hindustan Times*, 2014); “In Margao, a family hopes for a huge twist of history” (*Times of India*, 2015c); “Goan rule in Portugal? Indian-origin politician may be elected PM” (*Hindustan Times*, 2015a); “Will Indian-origin Antonio Costa win Portugal elections?” (*Hindustan Times*, 2015b); “A Goan may lead Portuguese govt” (*Times of India*, 112015a); “Goan-origin Costa on doorstep of power, Portugal prez to decide” (*Times of India*, 2015b).

17 “Indian-origin mayor may be Portugal’s next PM” (*Hindustan Times*, 2014); “In Margao, a family hopes for a huge twist of history” (*Times of India*, 2015c). Esta designação volta a surgir nos anos seguintes, por exemplo em “Delectable treat awaits Costa at his ancestral home in Margao” (*Times of India*, 2017a) e em “Explained: Portuguese leader Antonio Costa’s old India connection” (*Indian Express*, 2019).

Portugal, em novembro de 2015, significou que, pela primeira vez na história, uma pessoa de “origem indiana” se destacava na liderança do executivo de um Estado-membro da UE. A reviravolta encheu de ânimo alguns meios políticos de Goa. “Goa bateu o *record* com Portugal, com um goês a ser o seu primeiro-ministro agora”, glosou um deputado na Assembleia de Goa, citado no *Indian Express*. E acrescentou: “Houve um tempo em que os portugueses nos dominaram; alteraram os nossos laços geográficos, a estrutura social e o curso da história; mas agora é tempo para nós de sentirmos orgulho pois o relógio deu a volta completa. O país que outrora nos governou é agora liderado por um filho de um goês que migrou para Portugal”.¹⁸ Tais declarações surgem na imprensa indiana na mesma altura em que o político e deputado do Estado de Goa, Ramkrishna Dhavalikar, na moção de congratulação a António Costa, propugnou que os portugueses pedissem perdão aos goeses pelos 450 anos do seu domínio em Goa.¹⁹ Os goeses, dizia, não esquecem a história da governação portuguesa.

Quando Nova Deli e Lisboa se aprontavam, sob o impulso da viagem do primeiro-ministro português, a forjar laços comerciais e culturais mais estreitos, era possível que Goa fosse deixada de fora como *locus* da cooperação bilateral. Esse afastamento, insuspeito na imprensa portuguesa, mas tematizado nos diários indianos, podia compreender-se, explicam estes últimos, atendendo às memórias mistas, ambivalentes dos goeses; por um lado, há notícias de uma afinidade cultural de Goa a Portugal,²⁰ das elites goesas mais velhas e de homens de negócios proeminentes a dar as boas-vindas calorosas aos portugueses. Por outro, as aparências de opinião que a imprensa indiana faz chegar aos leitores – e que ela contribui para formar – apontam para uma memória dolorida, um melindre em setores políticos e militares de Goa, indicando que as feridas geradas pela intransigência de Salazar não terão porventura sido saradas, como a máquina noticiosa portuguesa pretenderia levar a crer. Goa adivinha-se um ponto sensível nas relações entre Portugal e a Índia

18 “Goan is Portuguese PM, score settled: Dy Speaker” (*Indian Express*, 2016).

19 “Portugal should apologize to Goans: Dhavalikar” (*Times of India*, 2016).

20 Goa está com frequência em foco nos jornais indianos pela sua identidade, mistura de nuances indiana e ocidental, e pelo que se refere ser uma sua proximidade a Portugal – manifesta pelo futebol, no apoio e entusiasmo noticiados das comunidades em Goa à seleção nacional portuguesa no Euro 2004 e no Mundial de 2006, e concretizada, para citar dois outros exemplos, na Semana da Cultura Indo-Portuguesa, em outubro de 2011, e no nascimento do primeiro Club de Fado em Goa, em setembro de 2013. A alusão a uma incrustação cultural de Portugal em Goa, conseguida ao longo dos séculos, explicaria que muitos goeses mantivessem uma ligação nostálgica pela Goa portuguesa e pela cultura latina que os portugueses trouxeram com eles do sul da Europa, festiva e galante, totalmente diferente da dos britânicos.

precisamente por ser um território que esteve sujeito ao domínio imperial de Portugal, um domínio que, enquanto vigente, teimou em ignorar as manifestações de nacionalismo anticolonial e os traços identitários hindus (não só mas também).

Além do que é dito explicitamente em depoimentos, um certo recalque desse passado pressente-se na imprensa indiana, sugestionado nos implícitos e no não-dito dos textos. Ele entrevê-se por exemplo no sentido que se extrai da enchente de notícias, nos últimos 15 anos, sobre a mais recente vaga da diáspora indiana, de dezenas de milhares de indianos de vários grupos étnicos, goeses, *gujaratis*, *maharashtrians*, *punjabis*, *ismailis*, com negócios na grande Lisboa. Diferentemente dos periódicos portugueses, que acentuam um perfil acolhedor de Portugal, suposto garante da sua boa integração, a diáspora contada nos jornais indianos revela-se num prisma bem distinto: há as estórias de indianos a ocupar cargos proeminentes em Portugal, como a do gerente da companhia de pastelaria DanCake, a do presidente e CEO do Banco Efisa, de académicos como Luis Filipe Reis Thomaz, deputados e advogados como Narana Coissoró, cujo sucesso económico e simbólico é assinalado com regozijo e num sentido que os retira de um estatuto passivo – é a Índia que está a descobrir e a triunfar em Portugal, não o inverso. Há também a estória dos filhos do Oriente que venceram no Ocidente e que regressam à Índia para grandes negócios. Esse *twist* na trajetória das relações Portugal-Índia, da dominação para a interdependência, e a elevação fulminante da Índia a colosso económico, em contracorrente com a crise económica mundial, surgem reportados nos meios indianos como um motivo renovado de orgulho. Qual espécie de *revanche* dos ex-colonizados em tempo pós-colonial.

O OUTRO LADO DE NARENDRA MODI

Em junho de 2017, poucos meses depois da estada de António Costa na Índia, Narendra Modi, a caminho de Washington DC para se encontrar com o presidente Donald Trump, fez escala em Lisboa e reuniu-se com o primeiro-ministro português. Na sua página do *Facebook*, citada nos jornais indianos, escreveu que os laços de longa data e a amizade aumentaram após a viagem de António Costa e mostrou-se ansioso pelo reencontro. Cronistas vislumbraram aí um facto histórico, com Modi a tornar-se o primeiro líder indiano a visitar Portugal numa viagem bilateral. Menos de seis décadas após Nehru comandar a tomada militar do que restava do colonialismo europeu no subcontinente, e 40 anos depois de Portugal se libertar do autoritarismo salazarista, a aliança entre a Índia e Portugal crescia para um grau nunca antes visto. Firmaram-se novos acordos no campo fiscal, e no da ciência e de tecnologia, do espaço, da

juventude, da academia e do desporto, da língua e da cultura, e foi lançado um portal único, o *India-Portugal International StarUp Hub*, destinado a fornecer informação sobre as *start up* nos dois países e sobre as políticas associadas, a tributação e as opções de visto. No passado, disse então o primeiro-ministro português, tinha sido a ligação marítima a conectar os dois países; no presente e no futuro seria a ligação digital a fazer essa ponte.

António Costa regressaria à Índia, a convite do primeiro-ministro indiano, em dezembro de 2019, para uma curta jornada de dois dias a fim de participar do encontro do comité de organização das celebrações pelo 150.º aniversário do nascimento de Mahatma Gandhi. Nessa segunda visita, e terceiro encontro oficial entre os primeiros-ministros num lapso de três anos, António Costa falou ao *Times of India* da importância do diálogo e de uma abordagem global para fazer face aos dilemas das alterações climáticas, da transição digital, da migração e do terrorismo, e lembrou a inspiração deixada por Gandhi na resistência não violenta aos governos autoritários, no combate à discriminação e na promoção da tolerância religiosa e cultural.²¹ Na continuação da entrevista, voltou a enaltecer os vínculos políticos e a confiança e o entusiasmo entre Portugal e Índia para fins de investimento mútuo. Portugal, reafirmou, tem um papel privilegiado em ligar a Índia à Europa e ao mundo falante português, espalhado por vários continentes. Portugal não é o ponto onde a Europa termina, mas sim onde ela começa, insistiu.

A visibilidade que os jornais continuam a conferir ao objetivo de uma cooperação cada vez mais robusta nos planos económico, científico, tecnológico e linguístico – aumentada com o pedido de Nova Deli, requerendo para a Índia o estatuto de observador na CPLP –²² relega para segundo plano a situação de intolerância religiosa, do hegemónico fundamentalismo hindu, de violações dos direitos humanos e das liberdades civis de imigrantes e muçulmanos, que, ainda assim, toma de assalto a agenda da imprensa portuguesa no momento da mais recente viagem ministerial portuguesa à Índia. Enquanto António Costa se dirigia à imprensa indiana lembrando a ação de Gandhi e os valores da diversidade e da liberdade, o *newsmaking* pôs a descoberto o projeto de construção de um templo hindu no lugar de uma mesquita no Estado de Uttar Pradesh, a escalada de tensão em Caxemira, culminada na revogação do artigo 370.º da Constituição indiana, retirando a Caxemira parte da independência de que gozava,²³ e o ambiente de violência nas ruas e universidades

21 “Gandhi’s ideas an inspiration to non-violent resistance against authoritarianism: Portugal PM” (*Times of India*, 2019).

22 “Estatuto de observador na CPLP” (*Diário de Notícias*, 2019a, pp. 34-35).

23 Para uma maior compreensão desta situação em Caxemira, ver Khan, Khan e Abbas (2021);

indianas na sequência de uma controversa emenda à Lei da Nacionalidade. Aprovada pelo Parlamento na semana anterior à chegada de António Costa, tal emenda alterou a Lei de Cidadania, datada de 1955, e afigurava desmantelar, até mesmo subverter, os valores básicos e os pontos fortes da Constituição indiana, vigente desde a independência. A nova lei estipulava que imigrantes sem documentos de seis minorias religiosas do Paquistão, Bangladesh e Afeganistão (hindus, budistas, sikh, jain, parsee e cristãos) podiam requisitar a nacionalidade indiana para se tornarem cidadãos de pleno direito e escapar da perseguição nos países de origem, mas deixava de fora os *ahmadis* do Paquistão e os *rohingyas* da Birmânia e excluía da cidadania grande parte dos muçulmanos, 14% da população da Índia (perto de 200 milhões de pessoas). António Costa surge, ele mesmo, envolvido num outro assunto polémico da política indiana que capta a atenção da imprensa portuguesa. Em causa estava a decisão do ministro do Interior, Amit Shah, de implementar o Registo Nacional de Cidadãos em toda a Índia, obrigando milhares de detentores do cartão de cidadão e passaporte portugueses emitidos em Goa a escolher entre um dos dois registos. O partido do Congresso acusou Modi de usar “dois pesos e duas medidas” ao ter oferecido ao primeiro-ministro português, em 2017, o estatuto de Cidadão da Índia no Estrangeiro enquanto criava agora “o terror” entre os goeses com documentação portuguesa (“Oposição goesa questiona cidadania indiana oferecida a António Costa”, *Público*, 2019c, p. 11).²⁴

As ameaças legais à liberdade religiosa e às identidades e culturas “minoritárias” na Índia são reveladas na imprensa portuguesa como parte do quadro de apresentação do acontecimento principal (a nova viagem de António Costa à Índia). Elas abrem ao conhecimento dos leitores a agenda chauvinista e a islamofobia do primeiro-ministro Modi, reafirmadas em entrevistas, discursos e *podcasts* nos quais glorifica um idílico passado milenar hindu, caracteriza o hinduísmo como um agente domador do Islão na Índia e sonega as histórias muçulmanas indianas e os séculos de história *Mughal*. A nova Lei de Cidadania despertou protestos de milhares de pessoas por todo o país. Muçulmanos e opositores do Bharatiya Janata Party (BJP) contestaram esse plano de (re)engenharia social, que diziam ser discriminatório com base na religião e, como tal, inconstitucional, vendo nele a prova de que o nacionalismo Hindutva de Modi, que adquiria cada vez mais a forma de um nacional-populismo,

Lalwani e Gayner (2020); Bhat (2019).

²⁴ Sobre este acontecimento, consultar também *Público* (2019a, p. 29); *Público* (2019b, p. 24); *Diário de Notícias* (2019a, pp. 34-35). E para um aprofundamento desta complexa questão e uma leitura sobre a inconstitucionalidade das emendas à Lei da Cidadania, ver Elangovan (2022); Ratha (2021); Chandrachud (2020); Dhoop (2020).

era uma ameaça aos alicerces da nação de pluralismo e de secularismo e aos fundamentos de uma democracia outrora vibrante. O governo indiano acusou os manifestantes de conspirar contra os interesses nacionais e reagiu com uma escalada de repressão extraordinária, que a moldura noticiosa da imprensa portuguesa tornou visível. Fora do âmbito da noticiabilidade fica, contudo, a realidade da construção de campos de detenção e dos chamados “campos de desradicalização” (Werleman, 2021; Kaul, 2019), que ameaçam levar os muçulmanos à beira do genocídio na Índia e em Caxemira.

A agenda política anti-imigrante e de sectarismo hindu de Modi, endossada já durante a campanha eleitoral em 2014, na direção do partido nacionalista hindu BJP,²⁵ foi radicalizada com a sua recondução ao segundo mandato consecutivo em 2019. Desde então, a Índia tem-se movido rumo ao que Christophe Jaffrelot designa de “democracia étnica” (Jaffrelot e Schoch, 2021; Jaffrelot, 2021),²⁶ promovendo um agressivo nacionalismo hindu que iguala a comunidade majoritária à nação e relega muçulmanos e cristãos a cidadãos de segunda classe. Todos os canais de comunicação são mobilizados para projetar e afirmar uma cultura pública de tecnocracia liberal Hindutva, ao mesmo tempo cultural e mercantil; e a imagem anterior de Modi como um *vikas purush*, um homem do desenvolvimento, foi cedendo lugar à de um vigia que zela pela segurança nacional contra inimigos domésticos e estrangeiros, um *chowdikar* (Waikar, 2018; Tharoor, 2020), e promete o retorno ao passado-mito do “Pássaro Dourado” que era a Índia antes da colonização britânica.

Se a situação que prevaleceu durante o primeiro mandato de Modi já dava sinais de um processo de erosão dos valores e das instituições democráticos, perceptível no reforço da repressão, propaganda e vigilância cibernética, na censura aos *media*, na centralização do poder às custas do federalismo e da captura das instituições (inclusive o Supremo Tribunal de Justiça da Índia), o seu segundo mandato acelerou a cristalização de um tipo especial de autoritarismo e reforçou a *safronização*, modalidade indiana de um fenómeno global em que tendências autoritárias e tecnocráticas liberais convergem. Ataques a porta-vozes e ativistas da sociedade civil, a secularistas, intelectuais e ONG,

25 O BJP opera como a fachada partidária do Rashtriya Swayamsevak Sangh (RSS), organização paramilitar de inspiração fascista fundada em 1925 no contexto da luta anticolonial, adepta da *Hindu Rastra* – uma pátria ou nação hindu com uma só língua, uma nacionalidade, uma religião e uma constituição –, contrária ao secularismo, ao pluralismo religioso, à diversidade cultural e à cidadania inclusiva, e promotor da violência contra minorias muçulmanas e cristãs.

26 A respeito do exacerbar do nacionalismo hindu como ideologia política que ameaça a democracia e do aumento da violência, da pobreza e dos assaltos à democracia na Índia, ver Roy (2023); Raj (2022); Mehta (2022); Banerjee (2021); Adeney (2021); Davos (2020); Khaitan (2020); Dasgupta (2019); Jakobsen (2019); Basu (2018).

linchamentos, prisões e processos abertos contra defensores dos direitos humanos, jornalistas, estudantes, acadêmicos e dissidentes do governo tornaram-se recorrentes sob o signo da homogeneização projetada pelo BJP, mas não são noticiados na imprensa – o invasor ou o tirano não podem aparecer como tal na sociedade dos *media*. O mesmo se constata com a condição social das tribos indígenas *adivasis* e com a discriminação sistemática com base nas castas, em particular as situações de pilhagem, servidão, encarceramento, brutalidade policial potencialmente letal contra *dalits*,²⁷ amiúde denunciadas na última década pela organização não governamental Human Rights Watch. A resistência e os protestos dos *dalits* pela defesa da dignidade humana e dos seus direitos políticos e civis, na senda do legado intelectual e constitucional de B. R. Ambedkar,²⁸ entre cujas conquistas constam a liberdade religiosa e a proibição da “intocabilidade”, têm atraído escassa atenção nos *media*.

Além da censura aos *media* e dos condicionamentos ditados pelo acesso aos mercados indianos, bem se pode aplicar, a respeito da ação da Índia, no interior das suas fronteiras e em Caxemira, e da relativa indiferença dos meios de comunicação, o ensaio de compreensão de Nitasha Kaul e a noção por ela cunhada de “erro pós-colonial”, do seu potencial latente para um duplo vínculo, nos países ex-colonizadores como nos ex-colonizados: o “não-ocidente” pode alcançar a glória ao longo das linhas coloniais do “ocidente histórico” superando a sua humilhação passada, mas tem uma incapacidade virtuosa de ser

27 O termo *dalit* nomeia o que, no sistema de castas hindu, são designados por conceitos mais pejorativos como “xudras” ou “intocáveis”, grupo formado por trabalhadores braçais (varredores de rua e incumbidos da limpeza manual de excrementos), considerados pelos escritos bramânicos como “intocáveis” e impuros. Mais utilizado por ativistas e intelectuais *dalits*, o termo deriva de uma palavra em sânscrito que significa “chão” e “feito aos pedaços”, e conota a condição dos oprimidos, tida por irrevogável, dos que pertencem a uma casta que de tão inferior nem casta é.

28 Nacionalista, jurista, economista, político e reformador social, considerado o pai da República da Índia e autor da Constituição indiana (1950), Bhimrao Ramji Ambedkar foi um estudante prolífico que se formou em Direito e obteve vários doutoramentos da Universidade de Colúmbia e da London School of Economics, ganhando reputação pelas suas investigações em Direito, em Economia e em Ciência Política. No início da sua carreira, trabalhou como economista, professor e advogado. Mais tarde, engajou-se nas negociações pela independência da Índia e empreendeu uma intensa campanha política publicando jornais onde advogou os direitos políticos, cívicos e sociais dos *Dalits*, das mulheres e dos trabalhadores, num contributo muito relevante para o estabelecimento do Estado da Índia. Após a independência, tornou-se ministro da justiça. E uma década depois, em 1956, converteu-se ao Budismo e iniciou conversões em massa de *Dalits*. Além de Ambedkar, vale a pena referir outro exemplo, mais recente, de um *dalit* a chegar a um cargo político elevado: K. R. Narayanan, o único *dalit* até hoje a ter assumido a função de presidente da Índia, entre 1997 e 2002.

um colonizador por ter sido antes colonizado (Kaul, 2020). Assim, ao mesmo tempo, um país não ocidental busca exercer o poder económico e político ao jeito do ocidente histórico, e ainda é imune ao ónus de desempenhar o papel de colonizador nas suas próprias periferias. “Erro” pós-colonial, assim lhe chama Nitasha Kaul, pois não há nenhuma razão lógica, histórica ou empírica para sustentar que países não ocidentais colonizados no passado estejam imunizados de agir como colonizadores. Essa é a essência do que a “ferida moral do colonialismo”, para usar uma outra expressão da mesma autora, intimamente ligada à divisão ocidente/não-ocidente na compreensão da história dos direitos humanos e ao papel da História colonial no presente, alcança hoje em termos políticos. A ideia de um Estado agindo colonialmente sobre territórios e povos que pretende controlar não é, em grande parte, contestada devido à forma como a História é ensinada em termos teleológicos e triunfalistas. A glória do poder colonial imperial não foi ainda desfeita e a fantasia de um país se tornar grande novamente, a promessa do futuro como um de retorno a um passado glorioso ressurgem, uma e outra vez.

CONCLUSÕES

Seis décadas volvidas sobre o ocaso do Estado Português da Índia, as visitas de António Costa à Índia e a passagem de Narendra Modi por Portugal são noticiadas com otimismo, entusiasmo e um espírito de confiança no porvir. Nos periódicos portugueses e também nos indianos, as viagens são reportadas por meio de um quadro ideológico muito centrado na retórica do crescimento económico, na busca da riqueza, na confiança no mercado *laissez-faire* e na emulação do empreendedorismo, e repetindo a ideia de um clima de amizade entre os dois países, sem azedume pelo passado colonial. As coisas mudaram, e os negócios e os desafios da chamada sociedade de informação aproximariam cada vez mais Portugal e Índia. Deixando pairar a miragem das centenárias navegações portuguesas nos mares do Índico, e com António Costa a surgir na imprensa portuguesa com a aura de um novo Vasco da Gama, o novo ciclo de viagens portuguesas à “Índia” aponta para uma transição essencial na história das relações Portugal-Índia: do caminho marítimo das especiarias para a senda dos novos mercados da tecno-economia.

Sob o influxo da imprensa, a que os atores políticos não podem escapar, ou explorando e direcionando as correntes de informação no *Twitter* e no *Facebook*, António Costa e Narendra Modi são impelidos, neste sistema híbrido de *media* (Langer e Gruber, 2021; Chadwick, 2017; Gilardi et al., 2022), a buscar o consentimento público para os seus fins de cooperação política e económica. E parecem beneficiar para o efeito da falta de distanciamento crítico de

jornalistas e dos chamados “líderes de opinião” ante o discurso político oficial à escala internacional. Esta propensão dos jornalistas em Portugal para um certo conformismo intelectual e cultural e a sua disposição para adotar como desígnio nacional, sem o questionar, as relações económicas – mesmo que a custo de desconsiderar os atropelos aos direitos humanos – podem em parte explicar-se pelo fecho relativo das redes de sociabilidade entre o meio jornalístico e o meio político (e até da circulação das elites), podendo ainda, eventualmente, atribuir-se à permeabilidade do jornalismo ao *lobbying* indiano – uma possível pista que valeria a pena explorar.²⁹ Mais certo é afirmar haver, no lado da cobertura da imprensa portuguesa, uma ausência de percepção crítica da própria História de Portugal, plasmada na tendência para reproduzir a narrativa dominante, tornada senso comum, dessa História. Os discursos em circulação na imprensa portuguesa continuam a irradiar essa exaltação mítica do que seria o “génio português”, uma vocação especificamente nacional para as trocas culturais, e de uma importante missão de Portugal na política global. Outra constante é a fantasia de Portugal como um país pequeno que pode ser grande, a fé na perenidade de uma grandeza, de uma glória ou honra da nação – que encontra curiosamente ressonância na feição messiânica que impregna o nacionalismo hindu de Narendra Modi. Imaginário que se revela, afinal, transversal à era imperial e à pós-imperial, demonstrando que nem tudo mudou nos discursos e na memória socialmente impressa nesse longo lapso de tempo. Além da visão acrítica da História de Portugal, a cobertura da imprensa portuguesa parece acusar também uma carência de conhecimento sobre a História da Índia e sobre a atual fratura radical da sua sociedade civil – uma fratura que terá seguramente, é plausível dizê-lo, efeitos sobre esse *boom* na economia, tão celebrado nos jornais. Todas estas limitações ajudam a compreender a unanimidade na forma de reportar a viagem de António Costa à Índia, em tom largamente laudatório.

No entanto, poder-se-ia alvitar que a ideia, repetida até à exaustão nos jornais, de tudo estar bem nas relações entre Portugal e Índia e a negação de problemas perturbadores de tal harmonia produzem o efeito contrário: o de suscitar dúvidas sobre a veracidade daquilo que com insistência se reafirma e assim fornecer ao destinatário-leitor elementos para concluir que o enunciador está convicto daquilo que, no entanto, recusa. No cerne dessa denegação está Goa. O retorno à Índia do filho de Goa que singrou em Portugal era indício de

29 Esta possibilidade de interpretação foi sugerida no parecer de um dos *referees* ao meu artigo, a quem agradeço os vários comentários e sugestões, alguns dos quais acabei por integrar nesta versão final do artigo. Estendo este agradecimento ao segundo *referee*. Os apontamentos críticos de ambos foram um contributo valioso, e permitiram-me tentar enriquecer este texto.

poder ser Goa o pivô por excelência nos enlaces Índia-Portugal; mas pelo que a cobertura da imprensa indiana permite deduzir, Goa era, no fim de contas, o elemento ferido dessa relação a três. Ponto nevrálgico do império português no Oriente, Goa é a evidência viva do impacto dos 450 anos da presença imperial portuguesa na Índia, com expressão na língua, na música, na arquitetura, na culinária e nas artes. Nela se conservam mais presentes as memórias e as mágoas do domínio português na Índia.

Todavia, caracterizar a Goa de 60 anos depois do fim da soberania portuguesa implica compreender que, se politicamente existe “uma” Goa (o Estado de Goa), histórica e culturalmente existem “Goas”, múltiplas e heterogêneas – como assinala Ângela Barreto Xavier num artigo saído no *Público*.³⁰ A superação do estigma de Goa, sugerem cronistas e académicos que assinam artigos de opinião na imprensa, passaria por interiorizar não haver contradição alguma em ser um entusiasta bem-querente dos dois países, em tempos rivais. E pela noção de que a influência se joga numa relação de reciprocidade entre a sociedade indiana e a sociedade portuguesa. É talvez essa mesma, a lição que as imprensas portuguesa e a indiana se empenham em difundir em torno das viagens à Índia de António Costa: ser-se indiano e dar as boas-vindas a Portugal, e ser-se português e regressar à “Índia” em busca de novos negócios não era uma traição ante o passado português em Goa. E, de mais a mais, a liberdade económica, os negócios, os desafios da inovação e da economia global e o poder de irmanação da língua portuguesa estavam aí para sarar quaisquer traumas desse passado e unir as nações...

30 “Goa entre Portugal e o mundo” (*Público*, 12-01-2017, p. 8). A autora destaca a existência de “Goas” plurais: a dos territórios e populações conquistados e anexados pela coroa portuguesa no século xvi, a dos que foram incorporados no século xviii, a dos goeses na diáspora, na Índia e fora dela, as Goas que foram sendo imaginadas, desde o século xvi, por europeus e portugueses de sucessivas gerações até 1961 e depois, por goeses católicos, indianos ou de ascendência portuguesa, por goeses não-cristãos, sobretudo hindus, por goeses de várias castas, por goeses de várias gerações. Mas os traços da relação multissecular entre Portugal e Goa, observa A. B. Xavier, excedem a geografia e a população do Estado de Goa, encontrando-se em diferentes partes do mundo, em resultado da circulação dos goeses. Essa “globalização de Goa”, lembra ainda a investigadora, projeta Goa (as Goas) muito para além das suas fronteiras políticas, disseminando muitas imagens que convivem com as Goas concretas, mas em constante movimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

Jornais Portugueses

- DIÁRIO DE NOTÍCIAS* (2017a), “Costa chega a Goa, terra de antepassados” *Diário de Notícias*, 11-01-2017, p. 10.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS* (2017b), “Costa quer Índia, Brasil e país africano no Conselho de Segurança da ONU”. *Diário de Notícias*, 08-01-2017, p. 14.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS* (2017c), “Costa vai tentar dinamizar as relações comerciais”. *Diário de Notícias*, 06-01-2017, p. 6.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS* (2017d), “Costa vende Portugal como modelo de tolerância”. *Diário de Notícias*, 09-01-2017, p. 9.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS* (2017e), “Goa, escala obrigatória”. *Diário de Notícias*, 11-01-2017, p. 10.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS* (2017f), “Narendra Modi. Entrevista. Primeiro-ministro indiano acredita que visita do homólogo português é oportunidade para negócios”. *Diário de Notícias*, 06-01-2017, p. 1.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS* (2017g), “Opinião da direcção. Paixão indiana”. *Diário de Notícias*, 06-01-2017, p. 44.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS* (2017h), “Um primeiro-ministro português orgulhoso das suas origens indianas”. *Diário de Notícias*, 07-01-2017, p. 13.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS* (2017i), “A vontade comum de investir mais”. *Diário de Notícias*, 10-01-2017.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS* (2017j), “Descobrir um novo caminho para a Índia”. *Diário de Notícias*, 14-01-2017.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS* (2019a), “Estatuto de observador na CPLP”. *Diário de Notícias*, 21-12-2019, pp. 34-35.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS* (2019b), “Nacionalismo hindu deixa Índia à beira do conflito religioso”. *Diário de Notícias*, 21-12-2019, pp. 34-35.
- EXPRESSO* (2017a), “A hora dos afetos de Costa”. *Expresso*, 07-01-2017-, p.: 18.
- EXPRESSO* (2017b), “Afetos. Costa foi o primeiro chefe de Governo português na Índia e foi recebido como o filho que regressa a casa. O novo caminho para a Índia”. *Expresso*, 14-01-2017, p. 10.
- JORNAL DE NOTÍCIAS* (2017a), “20 anos para Costa voltar à Goa do pai”. *Jornal de Notícias*, 07-01-2017, p. 12.
- JORNAL DE NOTÍCIAS* (2017b), “António Costa também não foi ao funeral de Almeida Santos”. *Jornal de Notícias*, 10-01-2017, p.6.
- JORNAL DE NOTÍCIAS* (2017c), “Índia – Costa salienta tolerância do país”. *Jornal de Notícias*, 09-01-2017, p. 10.
- JORNAL DE NOTÍCIAS* (2017d), “Portugal abre ‘a outra porta’ da Europa à Índia”. *Jornal de Notícias*, 08-01-2017, p. 12.
- JORNAL DE NOTÍCIAS* (2017e), “Cartazes nas ruas de Goa celebram regresso ‘a casa’ de António Costa”. *Jornal de Notícias*, 12-01-2017, p. 10.
- JORNAL DE NOTÍCIAS* (2017f), “Visitas Internacionais”. *Jornal de Notícias*, 24-01-2017.
- PÚBLICO* (2017a), “De braços abertos”. *Público*, 09-01-2017, p. 13.
- PÚBLICO* (2017b), “Enquanto isso, na Índia, Costa recebe prémio da diáspora”. *Público*, 10-01-2017, p. 12.

- PÚBLICO (2017c), “Goa entre Portugal e o mundo”. *Público*, 12-01-2017, p. 8.
- PÚBLICO (2017d), “Um país ‘difícil’ onde há empresas portuguesas a crescer”. *Público*, 07-01-2017, pp. 2-3.
- PÚBLICO (2017e), “Visita oficial. Portugal quer descobrir a Índia outra vez”. *Público*, 06-01-2017, p. 1.
- PÚBLICO (2019a), “Índia fecha-se a muçulmanos perseguidos e há violência na rua”. *Público*, 17-12-2019, p. 29.
- PÚBLICO (2019b), “Modi defende lei de cidadania e culpa oposição por protestos”. *Público*, 23-12-2019, p. 24.
- PÚBLICO (2019c), “Oposição goesa questiona cidadania indiana oferecida a António Costa”. *Público*, 24-12-2019, p. 11.

Jornais Indianos

- ASIAN NEWS INTERNATIONAL (2017a), “Portugal PM arrives in Goa, to visit his ancestral place”. *Asian News International*, 11-01-2017.
- ASIAN NEWS INTERNATIONAL (2017b), “Portuguese PM lays emphasis on renewed cooperation with India”. *Asian News International*, 08-01-2017.
- HINDUSTAN TIMES (2014), “Indian-origin mayor may be Portugal’s next PM”. *Hindustan Times*, 30-09-2014.
- HINDUSTAN TIMES (2015a), “Goan rule in Portugal? Indian-origin politician may be elected PM”. *Hindustan Times*, 04-10-2015.
- HINDUSTAN TIMES (2015b), “Will Indian-origin Antonio Costa win Portugal elections?”. *Hindustan Times*, 04-10-2015.
- HINDUSTAN TIMES (2017a), “‘Proud of my roots in Goa’: Portugal PM Antonio Costa”. *Hindustan Times*, 06-01-2017.
- HINDUSTAN TIMES (2017b), “Europe has to keep close watch on xenophobic parties, says Portugal’s Indian-origin...”. *Hindustan Times*, 06-01-2017.
- INDIAN EXPRESS (2016), “Goan is Portuguese PM, score settled: Dy Speaker”. *Indian Express*, 16-01-2016.
- INDIAN EXPRESS (2019), “Explained: Portuguese leader Antonio Costa’s old India connection”. *Indian Express*, 09-10-2019.
- THE HINDU (2017), “‘Babush’ returns to Goa as Portugal PM”. *The Hindu*, 12-01-2017.
- the hindu business line (2017a), “Let Portugal be a stepping stone for India to Europe, says PM Costa”. *The Hindu Business Line*, 09-01-2017.
- THE HINDU BUSINESS LINE (2017b), “Portugal PM wants closer economic ties with India”. *The Hindu Business Line*, 10-01-2017.
- TIMES OF INDIA (2015a), “A Goan may lead Portuguese govt”. *Times of India*, 11-11-2015.
- TIMES OF INDIA (2015b), “Goan-origin Costa on doorstep of power, Portugal prez to decide”. *Times of India*, 14-11-2015.
- TIMES OF INDIA (2015c), “In Margao, a family hopes for a huge twist of history”. *Times of India*, 03-10-2015.
- TIMES OF INDIA (2016), “Portugal should apologize to Goans: Dhavalikar”. *Times of India*, 16-01-2016.
- TIMES OF INDIA (2017a), “Delectable treat awaits Costa at his ancestral home in Margao”. *Times of India*, 13-01-2017.
- TIMES OF INDIA (2017b), “Goa has been part of my universe since I was born, says Portugal PM”. *Times of India*, 13-01-2017.

- TIMES OF INDIA* (2017c), “Homecoming for Portugal PM Antonio Costa”. *Times of India*, 12-01-2017.
- TIMES OF INDIA* (2017d), “I am a proud person of Indian origin: Portugal PM Antonio Costa”. *Times of India*, 09-01-2017.
- TIMES OF INDIA* (2019), “Gandhi’s ideas an inspiration to non-violent resistance against authoritarianism: Portugal PM”. *Times of India*, 19-12-2019.

Outras

DISCURSO DE AUGUSTO SANTOS SILVA NO SEMINÁRIO DIPLOMÁTICO NO MUSEU DO ORIENTE (03/04-01-2019) [disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/multimedia?m=v&i=intervencao-do-ministro-dos-negocios-estrangeiros-na-abertura-do-seminario-diplomatico>].



- ADENEY, K. (2021), “How can we model ethnic democracy? An application to contemporary India”. *Nations and Nationalism*, 27 (2), pp. 393-411.
- ALAM, A. (2017), “India, non-alignment and emerging global governance”. *India Quarterly*, 73 (3), pp. 273-291.
- ANAND, D. (2012), “China and India: Postcolonial informal empires in the emerging global order”. *Rethinking Marxism: A Journal of Economics, Culture & Society*, 24 (1), pp. 68-86.
- BAJPAEE, C. (2015), “China-India: Regional dimensions of the bilateral relationship”. *Strategic Studies Quarterly*, 9 (4), pp. 108-145.
- BANERJEE, S. (2021), *Warriors in Politics: Hindu nationalism, Violence, and the Shiv Sena in India*, Londres, Routledge.
- BASU, A. (2018), “Whither democracy, secularism, and minority rights in India?”. *The Review of Faith & International Affairs*, 16 (4), pp. 34-46.
- BAUMAN, C. (2020), *Anti-Christian Violence in India*, Nova Iorque, Cornell University Press.
- BAUMAN, C. (2015), *Pentecostals, Proselytization, and Anti-Christian Violence in Contemporary India*, Oxford, Oxford University Press.
- BHAT, B. A. (2019), “A study on Jammu and Kashmir present, past and views of students on article 370 abrogation”. *International Journal of Latest Research in Humanities and Social Sciences*, 2 (12), pp. 1-11.
- BLECUA, R. (2014), “Will Modi Transform India? The New Government in New Delhi”. *World Affairs: The Journal of International Issues*, 18 (2), pp. 10-19.
- BRAEDLEY, S. e LUXTON, M. (2010), *Neoliberalism and Everyday Life*, Montreal, McGill-Queen’s University Press.
- CHADWICK, A. (2017), *The Hybrid Media System: Politics and Power*, Oxford, Oxford University Press.
- CHANANA, D. (2009), “India as an emerging donor”. *Economic and Political Weekly*, 44 (12), pp. 11-14.
- CHANDRACHUD, A. (2020), “Secularism and the citizenship amendment act”. *Indian Law Review*, 4 (2), pp. 138-162.
- CHATURVEDI, S. (2018), “India’s approach to multilateralism and evolving global order”. *Indian Foreign Affairs Journal*, 13 (2), pp. 128-135.

- CHAUHAN, V. (2014), "Soft power: a foreign policy choice for India". *The Indian Journal of Political Science*, 75 (2), pp. 403-410.
- COURMONT, B. et al. (2021), "Les soft powers asiatiques". *Diplomatie*, 111, pp. 72-76.
- DASGUPTA, S. (2019), *Awakening Bharat Mata: The Political Beliefs of the Indian Right*, Penguin Random House, Gurgaon.
- DAVOS, J. (2020), *The Emergence of Hindu Nationalism in India*, Oxford, Oxford University Press.
- DHOOP, P. (2020), "Citizenship (amendment) act: Enforcement is fraught with legal hurdles". *Economic and Political Weekly*, pp. 55 (4).
- ELANGOVA, A. (2022), "A political turn? New developments in Indian constitutional histories". *History Compass*, 20 (8) <https://doi.org/10.1111/hic3.12746>.
- FRANKEL, F.R. (2011), "The breakout of China-India strategic rivalry in Asia and the Indian Ocean". *Journal of International Affairs*, 64 (2), pp. 1-17.
- GASPAR, C. (2019), *O Regresso da Anarquia. Os Estados Unidos, a China, a Rússia e a ordem internacional*, Lisboa, Alêtheia.
- GILARDI, F. et al. (2022), "Social media and political agenda setting". *Political Communication*, 39, pp. 39-60.
- HAYNES, J. (2016), *Religious Transnational Actors and Soft Power*, Londres, Routledge.
- HAZARIKA, O.B. e MISHRA, V. (2016), "South Asia as a battleground: Soft power contestation between India and China". *World Affairs: The Journal of International Issues*, 20 (3), pp. 112-129.
- HESMONDHALGH, D. (2008), "Neoliberalism, imperialism and the media". In D. Hesmondhalgh e J. Toynbee (eds.), *The Media and Social Theory*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 95-111.
- JAFFRELOT, C., SCHOCH, C. (2021), "Modi in Gujarat: The making of a national-populist hero". In *Modi's India: Hindu Nationalism and the Rise of Ethnic Democracy*, Princeton, Princeton University Press, pp. 31-73.
- JAFFRELOT, C. (2021), "The making of an authoritarian vigilante State". In *Modi's India: Hindu Nationalism and the Rise of Ethnic Democracy*, Princeton, Princeton University Press, pp. 349-405.
- JAIN, S. (2014), "Narendra Modi: Striving to be a pillar in a multipolar world". *World Affairs: The Journal of International Issues*, 18 (4), pp. 10-25.
- JAIN, S., SHUFEN, Y. (2011), "India, China: Brothers, brothers". *Journal of International Affairs*, 64 (2), pp. 259-267.
- JAKOBSEN, J. (2019), "Mapping the world's largest democracy (1947-2017)". *Forum for Development Studies*, 46 (1), pp. 83-108.
- JOSHI, V. (2017), *India's Long Road. The Search for Prosperity*, Oxford, Oxford University Press.
- KAUL, N. (2019), "Kashmir is under the heel of India's colonialism". *Foreign Policy*, 13. Disponível em foreignpolicy.com/2019/08/13/kashmir-is-under-the-heel-of-indias-colonialism.
- KAUL, N. (2020), "China: Xinjiang : India: Kashmir". *Made in China Journal*. Disponível em <https://madeinchinajournal.com/2020/10/05/china-xinjiang-india-kashmir/>.
- KAUL, N. (2019), "The political project of postcolonial neoliberal nationalism". *Indian Politics & Policy*, 2 (1), pp. 3-30.
- KHAITAN, T. (2020), "Killing a constitution with a thousand cuts: Executive aggrandizement and party-state fusion in India". *Law & Ethics of Human Rights*, 14 (1), pp. 49-95.
- KHAN, R., KHAN, M. Z. e ABBAS, Z. (2021), "Moving towards catastrophe: The abrogation of article 370 in Kashmir valley". *Journal of Muslim Minority Affairs*, 41 (1), pp. 78-85.

- LALWANI, S. P. e GAYNER, G. (2020), "India's Kashmir conundrum: Before and after the abrogation of article 370". Research Report. us Institute of Peace. <http://www.jstor.org/stable/resrep25405>.
- LANGER, A. I. e GRUBER, J. B. (2021), "Political agenda setting in the hybrid media system: Why legacy media still matter a great deal". *The International Journal of Press/Politics*, 26 (2), pp. 313-340.
- LEE, C. J. (2015), "From imperial subjects to global south partners: South Africa, India and the Politics of Multilateralism". In K. Sullivan (ed.), *Competing Visions of India's Rise Beyond the West*, Londres e Nova Iorque, Palgrave Macmillan, pp. 79-93.
- LEYVA, R. (2020), *Brains, Media and Politics. Generating Neoliberal Subjects*, Londres, Routledge.
- MAHAPATRA, C. (2018), "India: The new power in the emerging global order". *Indian Foreign Affairs Journal*, 13 (2), pp. 101-106.
- MEYERS, M. (ed.) (2019), *Neoliberalism and the Media*, Nova Iorque, Routledge.
- MEHTA, P. B. (2022), "Hindu nationalism: From ethnic identity to authoritarian repression". *Studies in Indian Politics*, 10 (1), pp. 31-47.
- PAL, J. (2019), "The making of a technocrat: Social media and Narendra Modi". In A. Punathambekar e S. Mohan (eds.), *Global Digital Cultures: Perspectives from South Asia*, Ann Arbor, University of Michigan Press, pp. 163-183.
- PAL, J. et al. (2016), "Twitter and the rebranding of Narendra Modi". *Economic and Political Weekly*, 51 (8), pp. 52-60.
- PETRONE, F. (2021), "BRICS and global governance: Will the grouping be able to reform the United Nations Security Council?". *International Studies*, 58 (3), pp. 363-379.
- PHELAN, S. (2014), *Neoliberalism, Media and the Political*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.
- PRESTON, P. e SILKE, H. (2011), "Market 'realities': De-coding neoliberal ideology and media discourses". *Australian Journal of Communication*, 38 (3), pp. 47-64.
- RAJ, S. (2022), "Rise of Hindu nationalism and its impact on Indian Politics: An investigation into the role of global Indian diaspora". In C. Kim e M. Kim (eds.), *Great Transition in Indian Society. Religion, Economy and Foreign Policy*, Nova Jérсия e Londres, World Scientific Publishing Co., pp. 201-236.
- RATHA, K. C. (2021), "Interpreting citizenship amendment act: Its content and context". *Indian Journal of Public Administration*, 67 (4), pp. 559-572.
- ROY, I. (ed.) (2023), *Passionate Politics: Democracy, Development, and India's 2019 General Election*, Machester, Manchester University Press.
- SAHOO, S. (2018), *Pentecostalism and Politics of Conversion in India*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SAIYA, N. (2020), "Anti-conversion laws and violent Christian persecution in the states of India: a quantitative analysis". *Ethnicities*, 20 (3), pp. 587-607.
- SANDEL, M. (2020), *The Tyranny of Merit: What's Become of the Common Good?*, Londres, Penguin Books.
- SEN, T. (2017), *India, China, and the World. A Connected History*, Lanham, Rowman & Littlefield.
- SILVA, A. S. (2020), *Evoluir. Novos Contributos para a Política Europeia e Externa de Portugal*, Lisboa, Tinta-da-china.
- SULLIVAN, K. (2015), "India's ambivalent projection of self as a global power: Between complicity and resistance". In K. Sullivan (ed.), *Competing Visions of India's Rise Beyond the West*, Londres e Nova Iorque, Palgrave Macmillan, pp. 15-33.

- SURIE, N. (2017), “China and the State of India – China relations”. *Indian Foreign Affairs Journal*, 12 (2), pp. 147-160.
- THAROOR, S. (2020), “Modi man of destiny?”. *Horizons: Journal of International Relations and Sustainable Development*, 15, pp. 234-249.
- TRIPATHY, J. (2021), “Development modernity in India, an incomplete project: From Nehru to Modi”. *Bandung. Journal of the Global South*, 8 (1), pp. 1-21.
- VENKATACHALAM, M. (2021), “The Indian political right, soft power and the reimagining of Africa”. In K. King e M. Venkatachalam (eds.), *India’s Development Diplomacy & Soft Power in Africa*, Londres, James Currey, pp. 59-78.
- VISVANATHAN, S. (2014), “Narendra Modi’s symbolic war”. *Economic and Political Weekly*, 49 (22), pp. 10-13.
- WAIKAR, P. (2018), “Reading Islamophobia in Hindutva: An analysis of Narendra Modi’s political discourse”. *Islamophobia Studies Journal*, 4 (2), pp. 161-180.
- WANG, V. W. (2011), “‘Chindia’ or rivalry? Rising China, rising India, and contending perspectives on India-China relations”. *Asian Perspective*, 35 (3), pp. 437-469.
- WERLEMAN, C. J. (2021), “Rising violence against Muslims in India under Modi and BJP rule”. *Insight Turkey*, 23 (2), pp. 39-50.

Recebido a 10-05-2022. Aceite para publicação a 10-03-2023. Publicação *ahead of print*: 07-12-2023.

TÂNIA, A. (2023), “Os novos caminhos para a Índia nos *media* (2017-2019)”. *Análise Social*, <https://doi.org/10.31447/2242>.

Tânia Alves » tania.alves@ics.ulisboa.pt » Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa » Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9 — 1600-189 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-0341-882X>.
